

**DECRETO Nº 23.605, DE 29 DE DEZEMBRO DE 2025.**

**Regulamenta a aplicação do redutor de valor venal dos imóveis em razão da enchente de maio de 2024, de que trata o § 3º do art. 10 da Lei Complementar nº 7, de 7 de dezembro de 1973, com redação pela Lei Complementar nº 1.018, de 31 de julho de 2024.**

O PREFEITO MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, no uso das atribuições que lhe confere o artigo 94, inciso II, da Lei Orgânica do Município,

**D E C R E T A:**

**Art. 1º** Fica regulamentada a aplicação do redutor específico de valor venal dos imóveis em razão da enchente de maio de 2024, de que trata o § 3º do art. 10 da Lei Complementar nº 7, de 7 de dezembro de 1973, com redação pela Lei Complementar nº 1.018, de 31 de julho de 2024, conforme o disposto neste Decreto.

**Art. 2º** O redutor específico foi calculado conforme estudo técnico genérico sobre os efeitos da inundação e aplicado aos imóveis que tiveram efetiva redução no valor venal em razão da enchente de maio de 2024 e impacto no valor do imposto no valor do Imposto sobre a Propriedade Predial e Territorial Urbana (IPTU) de 2025.

**Art. 3º** O redutor será calculado com base no valor venal do imóvel do exercício de 2025, sendo a redução do IPTU aplicada no lançamento do exercício de 2025, tendo como consequência:

I – a compensação do crédito tributário do IPTU no lançamento da carga geral do exercício de 2026 e subsequentes, se for o caso, do valor pago de IPTU referente ao exercício 2025 que exceder o valor remanescente do lançamento do exercício após a redução decorrente da aplicação do redutor, e na mesma proporção dos juros e multa de mora, quando recolhidos, a ser realizada sempre que possível na mesma inscrição imobiliária, ou nas dela derivadas;

II – o cancelamento e/ou redução da(s) última(s) parcela(s) para os créditos parcelados nos termos do Decreto nº 20.473, de 18 de fevereiro de 2020;

III – a redução do valor do lançamento do IPTU do exercício de 2025, quando em dívida.

**Parágrafo único.** Os valores serão atualizados conforme disposto na legislação.

**Art. 4º** Os imóveis com características singulares ou atípicas ou que tiveram alterações cadastrais no exercício de 2025 que impactem no valor venal poderão, a critério da Administração, ser objeto de análise pormenorizada para aplicação de redutor particular, não se aplicando, nesse caso, a regra do art. 3º deste Decreto, seguindo-se a compensação ou restituição conforme disposto no Decreto nº 16.079, de 26 de setembro de 2008.

**Art. 5º** Este Decreto entra em vigor na data da sua publicação, produzindo seus efeitos a partir de 1º de janeiro de 2026.

PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE, 29 de dezembro de 2025.

Sebastião Melo,  
Prefeito de Porto Alegre.

Registre-se e publique-se.

Jhonny Prado,  
Procurador-Geral do Município.